

<http://dx.doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v32n66a2018-14>

## ***Política Pública e Sofrimento: Possíveis Associações***

***Public Policy And Suffering, Possible Associations***

***Política Pública y Sufrimiento: Posibles Asociaciones***

*Luiz Alberto Ribeiro Rodrigues\**

DUNKER, Christian. Reinvenção da Intimidade- Políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 320 pp. ISBN: 978-85-92886-46-2

Não é comum encontrar psicanalistas que abordem questões em torno do desenvolvimento de políticas sociais. No entanto, é isso que pode-se encontrar nesta obra de Dunker, um experiente profissional da área, que enfrenta esse debate, disposto a defender que as políticas sociais, incluindo a área da educação, devem ser uma resposta, um enfrentamento aos dramas coletivos, mesmo que originados em experiências individuais de sofrimento.

Nesta obra, Dunker investiga a origem de diferentes formas de sofrimento e as associa à dificuldades que o indivíduo tem, na atualidade, em criar experiências de compartilhamento de si com o outro. Uma de suas teses é que no contexto da sociedade moderna digital, consumista e obcecada pela produtividade, as políticas de sofrimento não são apenas psicológicas, mas também sociais e econômicas e nesse sentido produzem impacto direto na organização do espaço público, na formulação, no desenvolvimento e no sentido de suas políticas.

O texto, constituído de 49 breves ensaios, situa o leitor sobre aspectos da intimidade privada e sua repercussão na vida pública. Enfatiza os sentidos políticos que vão assumindo alguns processos de individualização da vida contemporânea, a partir de experiências de sofrimento, apresentado como um dilema atual e, de certo modo um diferencial, a condição de “sofrer juntos” ou de “sofrer separados”. Apresenta a solidão como um tipo sofrimento característico desse nosso tempo, resultado de um processo de escolha individual, intencional e deliberada, em detrimento do valor da vida em grupo, da experiência comunitária de trabalho, ou mesmo de defesa de um ideal coletivo. O contexto do luto é um bom exemplo de quanto a solidão marca o nosso tempo. A indiferença, a falta de audiência para fatos vividos por uma vítima de

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Filosofia da Educação do Curso de Pedagogia e do Programa Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Pernambuco (UPE). E-mail: [luiz.rodrigues@upe.br](mailto:luiz.rodrigues@upe.br).

estupro na guerra, por exemplo, ou para quem escapou de um campo de concentração e não encontra espaço ou alguém interessado em ouvir sua história.

Um caminho analítico que permeia todo o texto é a teoria do narcisismo, expressão atribuída ao francês Jacques Lacan (1901-1981), para reconfigurar a teoria do inconsciente, caracterizada pelo sentimento de irrelevância e de vazio interior, de evasão do espaço público, da espetacularização da vida, na renúncia à realização da vida e seu recuso ao ideal de sobrevivência social.

Na atualidade, esse traço da cultura tem sido substituído pela indiferença, um reflexo do colapso do atual modelo de produção e de consumo, em que a condição dos excluídos é ignorada ou tratada apenas como sendo dificuldades ‘individuais’, perspectiva essa que Frei Betto tem chamado de ação característica da “direita”.

Tal perspectiva dialoga com o pensamento de Zygmunt Bauman (2011) em sua teoria sobre a modernidade, que caracteriza esse tempo com forte tendência a gerar um estilo de vida cada vez mais privatizado, de elevado índice de desinteresse pela prática da política, cultura geradora de sentimento de indiferença entre as pessoas, frente aos problemas. A modernidade ‘líquida’, afirma este autor, não estimula o exercício da cidadania, negando o desenvolvimento de interesses do cidadão por questões mais amplas, para além da satisfação de necessidades e de desejos pessoais. Nessa condição, a modernidade é marcada por cidadão que se confunde com a figura de consumidor (de produtos ou de serviços), com pouco direito e nenhum interesse em examinar, muito menos de fiscalizar o espaço público.

Outra questão presente no texto é a condição para o engajamento do cidadão na política. Seria aceitável que a dedicação do sujeito em demandas de natureza política ocorresse apenas com o engajamento identitário? Em resposta a tais questões, a posição do autor é de que não se sustenta a ideia de que só pode defender a causa do negro, quem é negro, embora reconheça também que, uma autêntica dedicação política não existe sem algum engajamento identitário. Explica Dunker (2017) que, embora a identidade do sujeito com a causa política seja fundamental para os planos táticos e estratégicos, esse elemento é frágil enquanto política, pelo aspecto temporário e provisório como se apresentam. Questões particulares ganham força política quando se tornam generalizadas, não necessariamente no tamanho, mas sobretudo na forma de funcionamento.

O texto discute ainda, uma questão que afeta diretamente a política educacional na atualidade, em particular os sistemas de avaliação da aprendizagem em larga escala, em andamento no Brasil a partir da década de 1990, frente ao surgimento da pós-verdade, ou seja, da ideia de que a verdade está perdendo importância no debate político. Dunker afirma que este termo causa um volumoso dano ao conhecimento. Diferentemente do relativismo, em que pontos de vistas podem

ser válidos, e ainda do pragmatismo em que o conhecimento se justifica pela sua utilidade imediata, a pós-verdade é um fenômeno atual na qual o conhecimento é determinado e/ou influenciado por uma circunstância de ordem cultural ou política.

Aqui se coloca sérios riscos de legitimidade da verdade, no momento em que, substitui-se o embasamento em fatos reais, submeter-se a “verdade” ao critério da opinião pública, aos apelos emocionais falaciosos, e/ou mesmo à convicção pessoal avulsa. Um exemplo da pós-verdade é o que na cultura midiática atual tem se habituado a chamar de *facnews*. Os efeitos desse modo de pós-verdade, segundo Dunker, são incalculáveis para a política educacional, pois ela pode significar a suspensão da verdade.

Nesse contexto, vale lembrar a contribuição da Escola de Frankfurt, em especial aspectos da teoria crítica em Horkheimer, que enfatiza o princípio com o qual deve-se orientar a política educacional, sua razão fundante como um projeto emancipatório, realização do sujeito epistêmico e moral.

Uma crítica predominante nesta obra, aparece em torno do estilo da vida moderna, marcada pela dificuldade crescente do sujeito em estabelecer e/ou assumir qualquer compromisso. Esta geração, que o autor chama de “teflon”, não gruda em nada, não estabelece compromisso com nada, é “tida como inodora, insípida e translúcida”. Aqui deve-se retomar as análises realizadas por *S. Bauman* a respeito das características sociais da modernidade ‘líquida’, identificadas na atualidade como uma realidade social que gera um mundo de direitos, sem deveres e, acima de tudo, sem governantes. Esse estilo de vida tem sido regulado por um tipo de desenvolvimento que produz bens causadores de mais dependência de homens e mulheres, em torno de coisas e eventos que eles não podem produzir, controlar, ver ou compreender.

No desenrolar da obra, os últimos nove ensaios são dedicados à análise de duas formas específicas de sofrimento no Brasil. A primeira, pelo modo de vida pautado pela racionalidade e diagnósticos, pós-inflacionário, materializado por avaliações e as consequentes intervenções em áreas vitais de trabalho, especialmente na escola. Nessa perspectiva surgem em destaque as políticas de gestão por resultados, as avaliações em larga escala em todos os níveis da educação, por vezes sobrepostos e repetidos em mais de um ente federativo. Soma-se a isso, os exaustivos processos de monitoramento, que acentuam “o sofrimento” de profissionais e de pessoas envolvidas com as políticas educacionais. Analisa o autor, que esses processos, alimentam psicopatologias, novos sintomas chamados de pânico, depressão, drogalização e anorexia.

Uma segunda fonte de sofrimento apontada, provém das mudanças na organização social ocorrida no Brasil a partir da década de 1990, que levou a tematização da divisão social em termos de distribuição de renda e de acesso a bens simbólicos como: saúde, justiça e educação. Nesse

contexto, sustenta o autor, a violência está sobrecarregando e condensando muita coisa: a corrupção, a diferença de classes, a tensão entre gêneros, a má distribuição de recursos.

Registra-se, pois, que esta é uma obra significativa para compreender o atual contexto social de desinteresse do cidadão pela prática da política. Suscita nesse sentido reflexões em torno do desenvolvimento de ações públicas, seus propósitos e o desejado engajamento advindo dos envolvidos na ação. Se a política é essencialmente uma prática em que as questões de interesse e de importância comuns são discutidas e decididas com a participação, com a fala dos interessados, perde-se a força quando os interesses e significados seguem direções individualizadas.

### **Referências**

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Editoria Ursula Ludz. Ed. tradução de Reinaldo Guarany. - 3' ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 240 p. ISBN 85-286-0640-6

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em Fragmentos: Sobre a ética pós-moderna.** Tradução: Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Data de registro: 27/05/2018

Data de aceite: 12/12/2018